

INQUÉRITO 4.827 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AUTOR(A/S)(ES) : SOB SIGILO
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO
INVEST.(A/S) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO

EMENTA: MINISTRO DA EDUCAÇÃO.
SUPOSTA PRÁTICA DE DELITO
TIPIFICADO NA LEGISLAÇÃO QUE
PUNE O RACISMO (LEI Nº 7.716/89,
ART. 20, NA REDAÇÃO DADA PELA
LEI Nº 9.459/97). ALEGADA OFENSA AO
POVO CHINÊS. CRIME PERSEGUÍVEL
MEDIANTE AÇÃO PENAL PÚBLICA
INCONDICIONADA. AFASTAMENTO
DO REGIME DE SIGILO EM FACE DO
PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
PUBLICIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE
OUTORGA AO MINISTRO DA
EDUCAÇÃO DA PRERROGATIVA
PROCESSUAL FUNDADA NO ART. 221
DO CPP, QUE NÃO SE APLICA A
QUEM OSTENTA A CONDIÇÃO DE
INVESTIGADO POR PRÁTICA
CRIMINOSA. DOCTRINA E
JURISPRUDÊNCIA. CONSEQUENTE
INQUIRÇÃO DO MINISTRO DA
EDUCAÇÃO **SEM QUE SE LHE**
****RECONHEÇA,** NO ENTANTO, A**
PRERROGATIVA DE SER INQUIRIDO
MEDIANTE PRÉVIO AJUSTE COM A
AUTORIDADE POLICIAL DE DIA, HORA

INQ 4827 / DF

E LUGAR PARA A REALIZAÇÃO DESSE ATO. **DETERMINAÇÃO DE ABERTURA DE INQUÉRITO CONTRA O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.**

– Os estatutos do Poder, numa República fundada em bases democráticas, **não podem privilegiar o mistério.** A prática estatal, *inclusive quando efetivada pelo Poder Judiciário*, há de expressar-se *em regime de plena visibilidade.* **Consequente afastamento**, no caso, *do segredo de justiça.*

– **Ministro de Estado que não ostenta a condição de testemunha ou de vítima, mas que figura como investigado ou réu, não dispõe** da prerrogativa processual a que se refere a lei (**CPP**, art. 221).

– **O Ministro de Estado somente dispõe** da prerrogativa processual de ser inquirido em local, dia e hora *previamente ajustados* entre ele e a autoridade competente **quando arrolado como testemunha ou quando ostentar a condição de ofendido** (**CPP**, art. 221; **CPC**, art. 454, II, e § 1º).

– Essa especial prerrogativa **não se estende** aos Ministros de Estado **quando investigados** em inquérito (como sucede na espécie) **ou quando figurarem como réus, inclusive em processo penal.** **Doutrina. Jurisprudência.**

INQ 4827 / DF

DECISÃO: O Ministério Público Federal, **em promoção** subscrita pelo eminente Vice-Procurador-Geral da República, Dr. HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS, **expôs e requereu** o que se segue (fls. 02/03):

“O Ministério Público Federal, nos termos do art. 21, XV, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal vem à presença de Vossa Excelência promover

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

para apuração dos fatos trazidos ao conhecimento do titular da ação penal por meio das representações anexas, considerando dos o que dispõe o art. 102, inciso I, alínea ‘c’, da Constituição da República.

1. *As mencionadas peças de informação revelam que o Ministro de Estado da Educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, teria veiculado no dia 4 de abril próximo passado, e posteriormente apagado, manifestação depreciativa, com a utilização de elementos alusivos à procedência do povo chinês, no perfil que mantém na rede social ‘Twitter’. Esse comportamento configura, em tese, a infração penal prevista na parte final do art. 20 da Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito.*

2. *Indicam-se desde já como diligências iniciais a serem cumpridas pelo Departamento de Polícia Federal, mediante autorização de Vossa Excelência:*

(a) a preservação e a posterior obtenção dos dados referentes ao acesso que possibilitou a prática supostamente delituosa, abrangendo o número I.P. utilizado para o acesso à aplicação de ‘internet’ que a viabilizou, os registros (‘logs’) relacionados ao acesso do responsável pela postagem, bem como o ‘e-mail’ usado por ocasião da criação do perfil @AbrahamWeit, de UID 1120399498692497408;

(b) a inquirição do noticiado em local, data e horário previamente ajustados, conforme prevê o art. 221 do

INQ 4827 / DF

Código de Processo Penal, desde que observada a ressalva contida na Questão de Ordem na Ação Penal nº 421.

3. No aguardo da pronta instauração do inquérito, e na certeza da máxima diligência da autoridade policial, resta o titular da ação penal em prontidão para dar ao feito seu impulso regular.” (grifei)

2. **Observo que incide** sobre os presentes autos *indevido regime de sigilo*, que **não** deve subsistir, **motivo pelo qual determino o seu afastamento**.

A razão do afastamento da nota de segredo **apoiar-se** no fato, *constitucionalmente relevante*, de que, em princípio, **nada deve justificar** a tramitação, *em regime de sigilo*, **de qualquer** procedimento que tenha curso em juízo, **pois**, na matéria, **deve prevalecer a cláusula da publicidade**.

Não custa rememorar, tal como **sempre** tenho assinalado nesta Corte, **com apoio** na lição de NORBERTO BOBBIO (“O Futuro da Democracia”, 1986, Paz e Terra), **que os estatutos do poder, numa República fundada em bases democráticas, não podem privilegiar o mistério**, pois a prática do poder, **inclusive** a do Poder Judiciário, *há de expressar-se em regime de plena visibilidade*.

Desse modo, *e fiel à minha convicção no tema em referência (Pet 4.848/DF Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.)*, **não vejo motivo para que estes autos tramitem em “segredo de justiça”**.

Determino, portanto, **a reautuação** deste procedimento penal, **em ordem a não mais prevalecer o regime de sigilo**.

3. **Defiro**, em parte, as providências **requeridas** pelo Ministério Público Federal **e por este explicitadas** a fls. 03 (item n. 2, “a” e “b”), **determinando a instauração de Inquérito contra** o Senhor Ministro da

INQ 4827 / DF

Educação, ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB, **para efeito** de investigação penal dos fatos noticiados pelo “Parquet” (fls. 02/03).

4. **Observo, no entanto**, que a douda Procuradoria-Geral da República **propôs** que se facultasse ao ora investigado **a possibilidade de designar, de comum acordo** com a autoridade policial, local, data e horário para a sua inquirição (**item n. 2, “b”**), **apoiando-se, para tanto**, na cláusula **inscrita no art. 221, “caput”**, do Código de Processo Penal.

Cumpre assinalar, sob tal aspecto, que essa regra legal tem por destinatários, **unicamente, testemunhas e vítimas** de práticas delituosas. **Isso significa, portanto**, que suspeitos, investigados, acusados e réus **não têm** essa especial prerrogativa de índole processual.

Com efeito, aqueles que figuram **como investigados** (inquérito) **ou como réus** (processo penal), em procedimentos instaurados **ou** em curso perante o Supremo Tribunal Federal, **como perante qualquer outro Juízo, não dispõem** da prerrogativa **instituída pelo art. 221** do CPP, **eis que** essa norma legal – **insista-se** – **somente** se aplica às autoridades **que ostentem** a condição formal **de testemunha ou de vítima, não, porém, a de investigado**, tal como assinalei **em decisão** assim ementada:

*“Congressista **que não é testemunha, mas que figura como indiciado ou réu: ausência da prerrogativa processual a que se refere a lei (CPP, art. 221).**”*

*– Os Senadores e os Deputados **somente dispõem** da prerrogativa processual **de serem inquiridos** em local, dia e hora **previamente ajustados** entre eles e a autoridade competente, **quando arrolados como testemunhas (CPP, art. 221; CPC, art. 411, VI).***

*Essa especial prerrogativa **não se estende** aos parlamentares, **quando indiciados** em inquérito policial **ou quando figurarem como réus** em processo penal.*

INQ 4827 / DF

– O membro do Congresso Nacional, quando ostentar a condição formal de indiciado ou de réu, não poderá sofrer condução coercitiva, se deixar de comparecer ao ato de seu interrogatório, pois essa medida restritiva, que lhe afeta o ‘status libertatis’, é vedada pela cláusula constitucional que assegura, aos parlamentares, o estado de relativa incoercibilidade pessoal (CE art. 53, § 1º, primeira parte).”

(Inq 1.504/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU de 28/06/99)

Vê-se, desse modo, que o art. 221 do CPP – que constitui típica regra de direito singular e que, por isso mesmo, deve merecer estrita exegese – não se estende nem ao investigado nem ao réu, os quais, independentemente da posição funcional que ocupem na hierarquia de poder do Estado, deverão comparecer, perante a autoridade competente, em dia, hora e local por esta unilateralmente designados (Inq 1.628/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse entendimento decorre não apenas da estrita literalidade do art. 221 do CPP, mas, também, do magistério da doutrina (JULIO FABBRINI MIRABETE, “Processo Penal”, p. 297, 4ª ed., 1995, Atlas; PEDRO HENRIQUE DEMERCIAN/JORGE ASSAF MALULY, “Curso de Processo Penal”, p. 279, item n. 9.4, 1999, Atlas; FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, “Código de Processo Penal Comentado”, vol. I/424, 4ª ed., 1999, Saraiva; VICENTE GRECO FILHO, “Manual de Processo Penal”, p. 206, item n. 48, 1991, Saraiva; EUGÊNIO PACELLI e DOUGLAS FISCHER, “Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência”, p. 515, 11ª ed., 2019, Atlas, *v.g.*), valendo destacar, neste ponto, ante a extrema pertinência de suas observações, a lição de RENATO BRASILEIRO (“Código de Processo Penal Comentado”, p. 661, item n. 1, 2ª ed., 2017, JusPODIVM):

“(…) A regra do ‘caput’ do art. 221 do CPP só é válida quando tais autoridades forem ouvidas na condição de

INQ 4827 / DF

testemunhas. Por conseguinte, quando tais agentes figurarem na condição de investigados ou de acusados, não terão o direito de serem inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados com o Delegado de Polícia ou com o juiz (...).” (grifei)

É por essa razão que o Ministro da Educação, ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB – **que, na espécie, está sendo investigado** pela suposta prática do delito previsto no art. 20, “caput”, da Lei nº 7.716/89, **na redação** dada pela Lei nº 9.459/97 –, **deverá ser inquirido sem a prerrogativa** que o art. 221 do CPP confere, **com exclusividade, apenas** às testemunhas e às vítimas, **ou seja**, a sua inquirição deverá ocorrer **independentemente de prévio ajuste entre** esse investigado e a autoridade competente **quanto** ao dia, hora e local para a realização de referido ato.

Assino ao Departamento de Polícia Federal, *tendo em vista a pandemia ora em curso em nosso País, o prazo* de 90 (noventa) dias **para a realização** das diligências indicadas pelo Ministério Público Federal a fls. 03 (item n. 2, “a” e “b”).

5. **Em suma: acolho, em parte, o pedido** da douta Procuradoria-Geral da República e, *em consequência,* **determino a instauração de Inquérito contra** o Senhor Ministro da Educação, ABRAHAM WEINTRAUB, **por suposta prática** do delito tipificado na Lei nº 7.716/89 (art. 20), **que dispõe sobre a repressão ao crime de racismo.**

6. **Comunique-se** à douta Procuradoria-Geral da República, **encaminhando-se-lhe** cópia da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 28 de abril de 2020 (22h15).

Ministro CELSO DE MELLO

Relator